

# A SEMANA na África

## Clipping sobre PALOP e África Austral

De 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 1993 nº73

**ANGOLA. O Dilema: Não há paz sem a UNITA, difícil paz com Savimbi.**

Em artigo para o Público (31/1), Álvaro Vasconcelos, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, enfatiza a importância que o processo de transição para a democracia em Angola tem para a África Austral e para o continente como um todo. Ele afirma que esse país deveria ter sido um exemplo expressivo de que a democratização é possível em África e que ela é condição indispensável para a paz e o desenvolvimento. Infelizmente não o foi. Em vez disso, criou-se uma nova gíria "a síndrome angolana", com o argumento de que o "modelo ocidental importado de democracia" não é a melhor forma para o continente, sobretudo quando se trata de países envolvidos em conflitos armados.

Dessa premissa nasceu a proposta sul-africana de "esquecer" os resultados eleitorais de setembro de 1992 — considerados válidos e justos pela ONU — e formar um governo de transição paritário da UNITA e do MPLA que preparasse o segundo turno das eleições presidenciais. Esta é a síntese do documento sul-africano Republic of Angola: addressing the present impasse. Em suma, teríamos aí uma espécie de partilha étnico-regional de Angola, o que seria um bom precedente para a África do Sul. Claro que tal proposta não tem a mínima aceitação.

Anular os resultados das eleições de Angola seria não só um erro em si mesmo como um grave precedente para outros processos de transição em curso, especialmente Moçambique e África do Sul.

O fracasso até agora do caso angolano reside sobretudo no fato de, embora ter havido eleições livres, não houve processo de transição. O objetivo de realizar eleições livres abafou a necessidade do cumprimento fiel das etapas anteriores, das quais a mais importante teria sido a desmobilização das tropas do governo e da UNITA e a formação do exército único. Aliás, o erro começou pela não participação substantiva das Nações Unidas, reduzidas a um contingente mínimo e a um papel de simples observador.

Muito bem, isso são águas passadas. Como mover agora o moíno? Álvaro Vasconcelos adianta, de pronto, três condições: o princípio básico do reconhecimento dos resultados das eleições, o cessar-fogo e a presença de tropas da ONU. No entanto, é preciso alertar para que a participação dos "capacetes azuis" se destine à garantia da realização do segundo turno das eleições presidenciais e ao pleno funcionamento do novo governo; jamais a perpetuar uma situa-

### NESTA EDIÇÃO:

O diretor do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (de Lisboa), Álvaro Vasconcelos, analisa o conflito angolano sob a ótica interna, regional e internacional.

p.09

Moçambique se aproxima lentamente das exigências do processo de paz.

p.11

1993: fatos concretos poderão sepultar o "apartheid".

p.11

Consolidação política de Carlos Veiga em Cabo Verde.

p.12

ção de statu quo da divisão do território entre o governo e os rebeldes da UNITA.

No entanto, a dificuldade inicial é levar a UNITA ao cessar-fogo definitivo e não a pequenas tréguas e simulacros de acordos que não têm outra finalidade senão a de ganhar tempo para realimentar o aparelho de guerra. A outra grande dificuldade é levar a ONU a outro envolvimento, desta vez para valer, em Angola.

Vamos por partes. Para a efetivação de um cessar-fogo, alguns analistas consideram o reconhecimento pelos Estados Unidos do governo de Angola como um passo importante. O editorial do The Economist (30/1), intitulado "Adeus a Savimbi, começa por recomendar que os Estados Unidos não "devem dar sossego ao homem que fez Angola retornar à guerra civil". E continua: "o principal instrumento que poderia ter eficácia nas mãos dos Estados Unidos é o poder de reconhecer o governo de José Eduardo dos Santos". E finaliza: "Savimbi é o vilão da história. Quanto mais o seu antigo patrão demore a reconhecer o governo de Santos mais Savimbi mantém a esperança de que a sua causa não está perdida. Estabelecendo relações com Santos, o governo Clinton estaria enviando a Savimbi o primeiro si -

**Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.**

**Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.**

nal claro de que ele estaria por sua própria conta. Se continuasse lutando estaria criando inimizade".

Há dificuldade nesse reconhecimento. Não que a Administração americana seja atualmente hostil ao governo de Luanda. Comentando a defesa que o senador Paul Simon fizera do reconhecimento do governo de Luanda, o secretário de Estado Warren Christopher declarou: "Eu simpatizo com a posição do senador". O problema é que mesmo que Angola seja importante para Clinton ela não tem prioridade alguma na agenda presidencial norte-americana. É assunto para daqui a alguns meses, prevêem os analistas. Esse atraso não tem mais nada a ver com o outrora poderoso lobby da UNITA nos Estados Unidos. Atualmente, ele não tem nenhuma credibilidade.

Por mais que mude o timing dessas eventuais soluções, uma coisa é certa e os resultados eleitorais o mostraram: não há democracia em Angola sem a UNITA. Sem ela, é obvio não há paz. Não parece haver paz com Savimbi. Restaria a alternativa dos setores da UNITA que estão contra este tipo de guerra a qualquer custo. Muitos já se identificaram, entre eles generais e políticos importantes. Outros aguardam um momento que considerem mais oportuno. O gesto de abertura dos Estados Unidos poderia indicar esse momento. Até lá, a guerra continua. (p. 1 a 10 ) JMNP

**GOVERNO APELA AO MPLA E À UNITA** — O Ministério dos Negócios Estrangeiros apelou ontem, em nome do Governo, ao MPLA e à UNITA para que "adoptem as medidas necessárias à instauração de um imediato cessar-fogo" e para que sejam criadas "as condições indispensáveis para que, com base nos Acordos de Paz assinados em Lisboa em 31 de Maio de 1991 e no pleno respeito pelos resultados eleitorais, se estabeleçam os necessários compromissos para que Angola venha a viver em paz e democracia". Num curto comunicado divulgado ontem pelo MNE, o Governo congratulou-se com o encontro, em Adis Abeba, entre delegações do Governo angolano e da UNITA. **PÚBLICO** SEXTA-FEIRA, 29 JANEIRO 1993

**BOMBA DESCOBERTA EM LUANDA** — Uma bomba foi descoberta ontem em frente de um edifício habitado por civis, no centro de Luanda, noticiou a agência France Presse, acrescentando que a polícia a fez explodir. O engenho foi descoberto casualmente pelos residentes no imóvel, que disseram às autoridades que a bomba estava dissimulada numa caixa, colocada no lugar por um homem que depois fugiu. Vários atentados à bomba foram perpetrados na capital angolana desde os confrontos ocorridos na cidade, entre 31 de Outubro e 2 de Novembro. **PÚBLICO** SEGUNDA-FEIRA, 1 FEVEREIRO 1993

Portugueses reféns da UNITA

## Governo português exige libertação incondicional

O GOVERNO português exigiu ontem a pronta libertação dos 14 cidadãos nacionais feitos reféns pela UNITA, na sequência da tomada da região petrolífera do Soyo pelo movimento de Jonas Savimbi. Não há notícias recentes sobre estes portugueses que trabalhavam para a empresa belga Fina Petróleos.

Ao que o PÚBLICO apurou em Adis Abeba, a UNITA preparava-se para considerá-los presos

políticos, o que justificou a intervenção do embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM — organismo encarregue da aplicação dos acordos de paz em Angola. Este diplomata falou com o secretário-geral da UNITA, Eugénio Manuvakola, que chefia na capital etíope a delegação do seu partido que participa nas negociações de paz, e transmitiu-lhe a exigência do Governo português no sentido da "pronta e

incondicional" libertação dos reféns. Recorde-se que com os portugueses foram capturados um italiano, um argentino e um inglês. Caso a UNITA viesse a considerar os trabalhadores prisioneiros de guerra, a sua libertação passaria a ser negociada no âmbito das conversações que agora decorrem entre o Governo angolano e o movimento de Jonas Savimbi em Adis Abeba.

António Matos, em Adis Abeba

Segundo "Pik" Botha

## Savimbi pronto para o cessar-fogo

Fernando Sousa  
com António Matos  
em Luanda

A UNITA estará com problemas logísticos em Huambo, onde chegaram reforços governamentais. "Pik" Botha diz que Savimbi está pronto a assinar um cessar-fogo.

**J**onas Savimbi está pronto a assinar o cessar-fogo e vai enviar uma delegação a Adis Abeba, anunciou ontem, na Cidade do Cabo, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, "Pik" Botha.

A informação avançada pelo chefe da diplomacia sul-africana relança a esperança de um encontro entre delegações da UNITA e do Governo em Adis Abeba, cidade escolhida pelos beligerantes angolanos para negociarem a paz nas vertentes política e militar.

O encontro poderá ocorrer quarta-feira, segundo uma informação ontem adiantada pelo primeiro canal da RTP.

A situação no teatro de guerra evoluiu pouco. Os combates prosseguiram no Huambo, sem definição dos vencedores. Os rebeldes atacaram sem êxito os aeroportos de Menongue, capital da província de Cuando Cubango, e de Cuíto, capital do Bié, onde os bombardeamentos duraram cerca de quatro horas. Estacionária mantinha-se a situação em Saurimo, capital da Lunda Sul.

Uma fonte militar disse à Lusa que a "apetência" da UNITA em atacar os aeroportos parece manifestar uma certa urgência em fazer chegar reforços a Huambo. "Uma companhia de dez mil homens não se abastece por terra, tem de ser por via aérea e a partir de pontos diferentes", sublinhou a mesma fonte.

Outra fonte disse ao PÚBLICO que a organização de Savimbi está com problemas logísticos no Huambo, acrescentando que se o Governo dominar a cidade tem condições para, a partir daí, levar a reconquista ao Cuando Cubango. A UNITA passaria a dominar apenas três províncias do norte — Cuanza Norte, Uíje e Bengo.

Domingo de manhã chegaram ao Huambo duas colunas militares governamentais, saídas de Luanda. Ontem de ma-

nhã saiu outra coluna com destino ao Lubango, província de Huíla, no Sul.

O alegado envolvimento da África do Sul no auxílio à UNITA voltou a estar no centro dos contactos entre Luanda e Pretória, com Lopo de Nascimento, conselheiro do presidente José Eduardo dos Santos, a denunciar nesta cidade a presença de canhões G-5, de fabrico sul-africano, nos bombardeamentos a Menongue.

Lopo do Nascimento, que participou durante três dias nos trabalhos do Conselho de Interação Internacional, destinado a elaborar uma estratégia que inverta a política de marginalização do continente, disse que os canhões não tinham sido usados até agora por falta de munições. E se agora disparavam, é porque as receberam.

Eduardo dos Santos  
pressiona Washington

O presidente angolano aproveitou ontem para aproveitar os avisos feitos por Washington à UNITA, para que não toque em Cabinda, para lançar um apelo aos EUA para que pressionem o seu antigo aliado, pois "têm uma grande responsabilidade na pacificação de Angola".

"Temos duas escolhas: desembaraçarmo-nos da ala radical da UNITA pela força ou por meios diplomáticos", disse José Eduardo dos Santos em entrevista — a primeira formalmente concedida desde Setembro — ao jornal norte-americano "Christian Science Monitor".

"Recusar reconhecer Angola é favorecer a UNITA", afirma o chefe de Estado angolano, aludindo à continuada renitência norte-americana em nomear um embaixador para Luanda. Os Estados Unidos apoiaram militarmente Savimbi entre 1975 e 1991, mas vêm criticando severamente a organização nos últimos meses.

Manifestou também optimismo quanto à "sobrevivência" dos acordos de Bicesse, fundamentado no facto da UNITA não ter, pelo menos até à data, renegado os protocolos assinados em Portugal, e rejeitou quaisquer acusações ao seu Governo pelo reacender dos confrontos ou de uma "limpeza política" iniciada por Luanda. "O que está a acontecer em Angola não é uma guerra tribal, é uma guerra conduzida por Savimbi para estabelecer aqui uma ditadura, porque ele é um tirano", disse Eduardo dos Santos. ■

TERÇA-FEIRA, 26 JANEIRO 1993

PÚBLICO

# Tudo a postos em Adis Abeba

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 27 JANEIRO 1993

Fernando Sousa  
com António Matos, em Luanda

**Começam hoje à tarde, em Adis Abeba, as negociações para um cessar-fogo em Angola. José Eduardo dos Santos deu instruções aos seus negociadores para cederem dentro de certos limites.**

**D**elegações do Governo angolano e da UNITA começam a discutir hoje à tarde, na capital da Etiópia, as questões militares e políticas de que dependem a assinatura de um acordo formal para o cessar-fogo e a prorrogação do mandato da ONU, confirmou ontem, em Luanda, a missão das Nações Unidas em Angola.

A delegação governamental é chefiada por Faustino Muteka, antigo secretário de Estado para o Café, que intervirá nos problemas políticos, e integrará, entre outros, o general Higinio Carneiro, representante do Governo na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que negociará as questões militares. Muteka substituiu à última hora o ministro do Trabalho, Pitra Neto, sem que as autoridades tenham adiantado para o facto qualquer explicação.

A UNITA será representada por Eugénio Mano Vakola, secretário-geral, Jaka Jamba, secretário para a Educação, e Paulo Lucamba Gato, antigo número dois na CCPM. Presentes estarão ainda dois oficiais generais da organização de Savimbi, o brigadeiro Zacarias Mundombe e o general Mackenzie,

ambos sob custódia do Governo, algo considerado "estranho" por observadores em Luanda.

Se o transporte dos negociadores da UNITA não apresentou problemas, já que viajaram num avião da ONU, que os foi buscar ao Huambo, a viagem dos delegados do Governo apresentou-se difícil. Motivo apurado pelo PÚBLICO: não foi obtida autorização de sobrevoo do espaço aéreo do Zaire e da própria... Etiópia. Ao fim da tarde, o general Higinio Carneiro admitiu a hipótese de utilizar um voo de carreira da "Etiópia Airlines", que partiu de Luanda às 2h00, embora todos os esforços estivessem a ser feitos para que a missão governamental seguisse no avião angolano.

Presentes em Adis Abeba estarão ainda representantes de vários partidos da oposição, bem como os observadores americano, russo e português. Uma fonte consular disse que Lisboa estará representada pelo embaixador António Monteiro, pelo cônsul de Portugal, António Monteiro e pelo seu conselheiro, Carlos Pinheiro.

José Eduardo dos Santos recebeu a equipa negociadora antes dela partir para Adis Abeba, que instruiu no sentido de ceder a todas as exigências da UNITA desde que estas se situem nos limites do acordo de Bicesse, apurou o PÚBLICO junto de fonte oficial.

## Luanda apela ao Conselho de Segurança

O pedido de uma convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU, ontem formulado oficialmente pelo Presidente angolano, mostra que Luanda

não aceita os repetidos desmentidos de Pretória quanto ao alegado envolvimento de forças sul-africanas em Angola.

O conflito angolano é marcado por uma agressão de forças exteriores", escreve o Presidente José Eduardo dos Santos na carta ontem dirigida ao secretário-geral da ONU. O texto refere a morte de soldados zairenses e o derrube de um avião sul-africano que se preparava para abastecer a UNITA. Pretória negou, mas ontem foi o próprio Congresso Nacional Africano a desmentir o ministro "Pik" Botha sublinhando que os seus desmentidos são "inadequados" a um passado caracterizado pelo envolvimento de facto do país.

Em comunicado ontem divulgado, o Governo acusou Jonas Savimbi de pretender construir uma "Angola do Sul", mas incluindo agora as províncias diamantíferas da Lunda Norte e Lunda Sul, advertindo a comunidade internacional para o que qualifica como "um plano tenebroso, que põe em causa a unidade nacional e viola a Carta das Nações Unidas e a da Organização de Unidade Africana".

## O "problema n.º 429"

Os combates emudeceram ontem no terreno, embora a ONU tenha retirado os seus funcionários de 62 dos 67 postos de observação que tem no país. Novidade foi a declaração da UNITA, anunciada por Jorge Valentim, segundo o qual a organização não atacará quaisquer interesses petrolíferos estrangeiros, aparentemente num recado tranquilo às pressões americanas.

A possibilidade dos Estados

Unidos reconhecerem brevemente Angola foi ontem admitida por um porta-voz do Departamento de Estado. "Estamos a ponderar seriamente o problema do reconhecimento", disse Joe Snyder à Reuter, acrescentando que a questão está a ser analisada independentemente da realização da segunda volta das eleições presidenciais angolanas. Mas Snyder frisou também que os Estados Unidos subscrevem a ameaça entretanto formulada pelo secretário-geral da ONU em reduzir o número de "capacetes azuis" estacionados em Angola se a guerra civil, terminada com a assinatura dos acordos de 1991, em Bicesse, voltar ao país.

Os Estados Unidos estiveram dispostos a reconhecer Angola logo depois das eleições de Setembro, qualquer que fosse o vencedor do escrutínio, mas o processo foi interrompido quando Jonas Savimbi se recusou a aceitar os resultados das urnas. A administração do anterior Presidente George Bush decidiu então adiar o reconhecimento até à realização da segunda volta das presidenciais.

Em editorial, na edição de segunda-feira, o "Washington Post" salienta o "apaixonado" apelo à paz do Presidente Mário Soares (ver PÚBLICO de 21 de Janeiro). E aconselha Clinton a jogar a carta do reconhecimento do Governo de Luanda: "Reconhecimento, após 17 anos, dissociaria os EUA de qualquer possibilidade de aparência de que estariam secretamente a apoiar Savimbi." Mas, previne, significativamente, que, se Angola é o problema número um para José Eduardo dos Santos e Savimbi, é hoje "o problema n.º 429 para Bill Clinton". ■

# Bicesse já não existe?

PÚBLICO

SÁBADO, 30 JANEIRO 1993

A EMISSORA de rádio Vorgan, da UNITA, afirmou ontem que os acordos de paz de Bicesse "já não existem", segundo a agência France Presse, que captou a emissão em São Tomé. "Antes da guerra, estes acordos não tinham mais de 15 por cento de validade" — acrescentou a emissora.

A Vorgan pôs em causa o primeiro-ministro português, Cavaco Silva, por causa do seu alegado apoio ao Gover-

no de Luanda. Portugal — disse a emissora do Galo Negro — "queria tomar o lugar dos russos e dos cubanos e aproveitar a situação para recuperar o que não pôde recuperar durante 500 anos de colonização".

"Qualquer apoio do estrangeiro ao Governo angolano será fatal para o futuro de Angola" — disse a Vorgan.

O novo endurecimento de posição da UNITA veio a par

com uma intensificação dos combates que se travam há três semanas no Huambo. A rádio da UNITA afirmou que muitos edifícios do centro da cidade estão reduzidos a escombros, e fontes "bem informadas" em Luanda citadas pela France Presse dizem que o movimento de Savimbi está a bombardear posições da Força Aérea ao norte de Huambo, perto do aeroporto.

Fontes militares governa-

mentais falaram ainda da iminência de um ataque da UNITA a Menongue, no Cuando Cubango, mas na Huíla estaria em preparação uma ofensiva do Governo para desalojar forças de Savimbi.

Na capital, sem água desde domingo, um responsável do Programa Alimentar Mundial, Philippe Borel, traçou ontem um quadro dramático da situação, afirmando que mais de um milhão de pessoas, privadas de ajuda, enfrentam a malnutrição.

"Se a situação não mudar até Março" — afirmou —, podem enfrentar a fome. ■

# Cessar-fogo em Angola fica por assinar

Do nosso enviado  
António Matos  
em Adis Abeba

O cessar-fogo para Angola não será assinado em Adis Abeba. Mas esta reunião entre o Governo e a UNITA pode ter relançado o diálogo. Para remediar o fracasso, o Conselho de Segurança prepara uma resolução sobre Angola.

As negociações entre o Governo angolano e a UNITA, a decorrerem em Adis Abeba desde quinta-feira, conheceram ontem alguns avanços, embora não seja de esperar para hoje, na conclusão dos trabalhos, o acordo de cessar-fogo proposto pelas Nações Unidas.

A comissão militar, onde se negocia o cessar-fogo, tem funcionado a um ritmo mais lento do que a comissão política, onde Governo e UNITA debatem o regresso a Bicesse, onde foram assinados em Maio de 1991 os acordos de paz.

A representante especial do secretário-geral da ONU para Angola, a britânica Margaret Anstee, mostrava-se ontem reservada quanto ao desfecho desta ronda negociada. Insistindo em que "a atmosfera do encontro é muito positiva e cordial", recusou-se a falar da sua expectativa quanto aos resultados.

Entre os diplomatas dos países observadores do processo de paz presentes na capital etíope, no entanto, o sentimento generalizado é o de um fracasso quanto ao objectivo do cessar-fogo. "Sair daqui com uma data para um novo encontro já seria um passo", disse ao PÚBLICO o português António Monteiro.

Ontem, os representantes do Governo mostravam-se menos expansivos do que habitualmente. Depois de algumas declarações polémicas sobre o estado de espírito da UNITA nesta ronda negociada, a delegação governamental foi recomendada pelos observadores "alguma contenção" durante o curso do encontro.

Quanto à UNITA, pela voz do secretário-geral Eugénio

Manuvakola, o alcance do cessar-fogo só é possível "com a extinção da polícia antiterrorista". Para este general, que reafirmou a permanência de Jonas Savimbi no Huambo, "só o fim dos 'ninjas' pode reabilitar a confiança entre os angolanos da UNITA e do MPLA".

Durante a manhã, a delegação governamental entregou aos jornalistas vários documentos que pretensamente provam a alegada participação de tropas zai-rensens e sul-africanas nas acções militares da UNITA. Sobre esta questão, Manuvakola limitou-se a dizer: "Nós não precisamos de

nenhum soldado zairensens".

Questionado com insistência pelo PÚBLICO sobre os reféns portugueses em posse da UNITA depois do ataque ao Soyo, o secretário-geral do movimento de Savimbi manteve-se silencioso. Nem um simples gesto esboçou. [O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Luís Sousa Macedo, afirmou ontem à agência Lusa que o embaixador António Monteiro tem "instruções claras" para colocar em Adis Abeba a delegação da UNITA a questão dos 14 portugueses.]

O possível fracasso da reunião de Adis Abeba será um duro revés para as Nações Unidas, que patrocinam as negociações. Para atenuar o efeito desse insucesso, o secretário-geral da ONU apresentou ao Conselho de Segurança uma proposta de resolução.

O texto de Butros Ghali, que está a ser debatido desde ontem em Nova Iorque, segundo o PÚBLICO apurou em Adis Abeba, inclui duas "firmes condenações" à UNITA, pela não aceitação dos resultados eleitorais e pelas recentes acções armadas.

O projecto de resolução propõe o prolongamento da missão da ONU em Angola, embora com efectivo reduzido, até 30 de Abril, e apela "a todos os países para que dêem todo o apoio pacífico ao novo Governo angolano".

Na opinião dos observadores na capital etíope, esta resolução, que deverá ser brevemente aprovada pelo Conselho de Segurança, "é um rude golpe político para a UNITA, que está cada vez mais isolada". ■

PÚBLICO

SABADO, 30 JANEIRO 1993

## ONU exige à UNITA libertação dos reféns

PÚBLICO

DOMINGO, 31 JANEIRO 1993

O CONSELHO de Segurança da ONU, na resolução que aprovou na sexta-feira, foi particularmente duro com a UNITA, a quem exigiu a libertação de todos os estrangeiros que fez reféns e entre os quais se contam 14 portugueses, presos quando da tomada da região do Soyo.

As Nações Unidas condenaram "as persistentes violações" dos Acordos de Paz de Angola; "em particular a rejeição inicial da UNITA dos resultados eleitorais, a sua retirada das Forças Armadas Angolanas, a sua tomada pela força de capitais provinciais e municípios e o retomar das hostilidades".

A resolução exige que ambas as partes — Governo e UNITA — aceitem um cessar-fogo imediato, que reatem um "diálogo frutífero", na sua reunião de Addis Abeba, e que definam um calendário para a aplicação plena dos Acordos de Paz, sobretudo no que diz respeito ao

acantonamento das tropas e recolha das armas, desmobilização e formação de um exército unificado, restauração efectiva da administração governamental em todo o país, conclusão do processo eleitoral e livre circulação de pessoas e bens.

Apela a todos os Estados-membros da ONU para concederem assistência técnica e económica ao Governo de Angola, para reconstruir e desenvolver o país, e que se abstenham de ajudar militarmente qualquer das partes beligerantes angolanas.

Condena os ataques contra as populações civis, exige à UNITA a libertação dos reféns e condena "vigorosamente" os ataques contra a força Unavem II, reclamando protecção por parte do Governo angolano para aqueles observadores internacionais.

Aprova a recomendação do secretário-geral, Butros Butros-Ghali, para manter um representante oficial em Luanda, com o necessário pessoal civil, policial e militar.

Decide alargar o mandato da Unavem II por um período de três meses, até 30 de Abril de 1993, e promete tomar medidas apropriadas para garantir a aplicação dos Acordos de Paz. ■

## Confusão precede encontro de Adis Abeba

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 28 JANEIRO 1993

Do nosso enviado  
António Matos  
em Adis Abeba

As negociações directas entre Governo e UNITA patrocinadas pelas Nações Unidas, com vista a pôr fim à guerra no território angolano, começam formalmente hoje em Adis Abeba.

O atraso na chegada da comitiva do partido de Jonas Savimbi à capital etíope provocou algum nervosismo entre os elementos da comitiva governamental e os diplomatas dos países observadores do processo de paz e esteve na origem do adiamento, para hoje, do diálogo que fora marcado para ontem.

Um primeiro encontro entre as duas delegações devia ter principiado às 21h00 locais

(19h00 de Lisboa), numa das salas do imponente edifício sede da Organização de Unidade Africana (OUA). Embora se admitisse uma reunião preparatória, o diálogo interrompido há dois meses não tinha arrancado ainda à hora de fecho destas páginas.

Os observadores internacionais aproveitaram o dia de folga para descansarem da via-

gem nocturna que os trouxe à capital etíope. Russos e americanos entregaram-se aos cuidados das suas embaixadas em Adis Abeba, programa que não foi possível para a comitiva portuguesa, que à falta de uma representação diplomática se instalou no Hotel Hilton.

Aqui ficaria ainda a delegação do Governo angolano, chefiada por Fernando Muteka e Higino

Carneiro, enquanto a delegação da UNITA, chefiada pelo secretário-geral Eugénio N'golu Manuvakola, se instalou no Hotel Nacional. Esta divisão ao que se dizia foi patrocinada pelas autoridades etíopes que temiam confronto entre as duas delegações, o que só é explicável pela má informação que tinham sobre a composição das referidas delegações.

Longe da UNITA ficariam ainda os três deputados representantes da nova Assembleia Nacional (PLD, PRS, FNLA) que, ao integrarem a numerosa comitiva que viajou de Luanda transformaram esta iniciativa da ONU "numa reunião social, que apenas há-de definir o novo quadro de aplicação do processo de paz", na opinião de um diplomata ocidental.

Ontem, ainda na expectativa de que a delegação da UNITA chegaria a tempo de se iniciar a reunião logo após o almoço, Margaret Anstee reuniu-se com a delegação governamental. O programa preconizado pela representante especial do secretário-geral da ONU teria depois de ser totalmente alterado por falta de informação sobre o voo em que os elementos da UNITA viajarão. Uma situação estranha já quem as Nações Unidas se empenharam em satisfazer as garantias de segurança exigidas pelo partido de Savimbi para enviar representantes seus a Adis Abeba.

Margaret Anstee acabaria por cancelar uma conversa com os jornalistas marcada para as 18h30 em que faria um primeiro balanço das conversações.

A ausência da UNITA provocava alguma tensão. Mesmo assim, um dos embaixadores que viajou de Luanda ironizava: "Hão-de chegar. De onde vêm, é que não se sabe. É um mistério próprio da guerrilha".

A delegação da UNITA acabaria mesmo por chegar, cerca das 18h30. Três horas depois, os rivais angolanos ter-se-ão encontrado no "Africa-Hall", edifício sede da OUA, apenas para trocarem cumprimentos. Os jornalistas que aguardavam o encontro não puderam confirmá-lo. Foi-lhes ostensivamente recomendado, por segurança da ONU, que "voltassem amanhã às 10 horas". Um primeiro balanço será feito hoje pela representante de Butros Ghali.

Adis Abeba, uma cidade jovem, com uma centena de anos, num dos países africanos de cultura e tradições mais antigas, é o palco escolhido para tentar levar a paz de volta a Angola. Mas tudo continua a depender, apenas, do Governo e da UNITA que nos

últimos 30 dias se envolveram nos mais duros recontros da história recente do país. Num mês, a destruição e a morte provocadas por esta nova guerra angolana fizeram já esquecer o trágico ano — 1975 — em que russos e cubanos, ao lado do MPLA, se opunham à África do Sul, aliada à UNITA, abrindo um conflito que duraria 16 anos.

Este novo conflito ainda agora começou e ameaça prolongar-se. A desconfiança entre as duas partes, que assinaram um acordo geral de paz em 31 de Maio de 1991, nunca foi tão grande: o que todos recordavam ontem, em Adis Abeba, é que há dois meses, na cidade angolana do Namibe, o Governo e a UNITA assinaram uma "declaração de cessar-fogo imediato e cessação de todo o movimento ofensivo". Dois dias depois, o movimento de Savimbi ocupou o Uije e o Negaje, onde ainda se encontra. ■

Ghali, durante um contacto telefónico, ontem à tarde, com o Presidente Mário Soares.

Fonte próxima da Presidência da República portuguesa disse ao PÚBLICO que Butros-Ghali faz depender esse encontro ao mais alto nível do facto de as delegações beligerantes presentes em Adis Abeba conseguirem uma plataforma de entendimento.

Butros-Ghali trocou impressões com Mário Soares sobre a dramática situação em Angola e as consequências que as negociações ontem iniciadas poderão ter no processo de pacificação angolano.

Apesar das especulações de alguns observadores nos últimos dias sobre um "realignamento" das posições tradicionais dos Estados Unidos, durante anos o principal aliado de Savimbi, fontes diplomáticas contactadas pelo PÚBLICO disseram, por outro lado, que o MPLA estaria a exagerar as pressões americanas sobre a UNITA.

Segundo as mesmas fontes, o dirigente da UNITA teria mesmo pedido à administração Clinton "neutralidade" em relação à situação angolana. "Se a UNITA quisesse realmente atingir os interesses das companhias petrolíferas na província do Zaire e no enclave de Cabinda, bastar-lhe-ia dinamitar os pipelines", sem necessidade de hostilizar as potências com interesses em Angola, ressaltaram.

## Butros-Ghali admite cimeira entre Eduardo dos Santos e Savimbi

Fernando Sousa

Eduardo dos Santos e Savimbi poderão encontrar-se se as negociações de Adis Abeba forem bem sucedidas. O MPLA tira partido das preocupações angolanas. Treze cardeais rezam para que os angolanos se entendam.

Um encontro entre o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o dirigente da UNITA, Jonas Savimbi, poderá ser a principal consequência do frente-a-frente na capital etíope, indicou o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-

No Planalto Central prosseguem os combates pela posse de Huambo. Sessenta pessoas morreram e 80 ficaram feridas desde domingo, segundo fontes militares citadas pela agência Angop. O empenho pela posse da cidade indicia a sua importância estratégica.

A Angop anunciou que as forças de Savimbi dispararam uma centena de obuses contra a cidade e que mais de três dezenas de casas e três grandes edifícios ficaram destruídos. Noticiou também que mais de 1500 soldados e civis morreram desde a tentativa da UNITA de ocupar o Palácio do Governo e o edifício da Televisão.

Luanda voltou a denunciar as intenções separatistas da UNITA, desta vez fundamentadas em documentos alegadamente apreendidos na segunda cidade do país, onde seria patente a sua vontade em criar uma "Angola no Sul". Em nota enviada à agência Lusa em Joanesburgo, o Governo disse dispor de "suficiente informação reveladora de que Savimbi não deseja participar numa segunda volta das presidenciais, por receio de uma grande humilhação".

Treze cardeais africanos apelaram "aos beligerantes e às potências que os apoiam nas suas empresas suicidas" pedindo-lhes que "ponham termo à guerra civil, já demasiado longa, e cujas consequências nefastas e ruinosas

se abatam sobre as populações angolanas, sobretudo as mais vulneráveis".

Recordando que a guerra nunca constituiu no passado uma solução "para os problemas da vida tanto dos indivíduos como das colectividades", os signatários apelam à oração e à "reconciliação" dos antagonistas, e à ONU e OUA para que intensifiquem os seus esforços para ajudarem a uma solução do drama.

Mas, em Luanda, Honório Van Dunen, secretário provincial da UNITA presentemente sob custódia do Governo, disse aos jornalistas que um cessar-fogo só poderá ter êxito com o consentimento de Jonas Savimbi, dirigente que considerou o "inimigo público número um" dos angolanos por tudo sacrificar aos seus próprios interesses.

"A UNITA é uma estrutura que recusa a subordinação do poder militar ao poder civil e democrático", disse Van Dunen, citado pela Lusa, acrescentando que Savimbi não pretende atingir o projecto nacional para que a organização foi criada, mas o exercício pessoal do poder. "É um belicista impiedoso, um autêntico enviado do diabo para castigar o povo angolano", disse.

O alegado envolvimento de estrangeiros no conflito — o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, voltou a apontar o dedo ao Zaire, e à África do Sul, apesar dos desmentidos de Kinshasa e Pretória — deu ontem azo a uma nota humorística, assinada pelo embaixador zaireense em Luanda.

Desmentindo qualquer intromissão do seu Governo nos assuntos internos angolanos, Mundindi Didi-Kitengo recordou que também noutros tempos o MPLA tentou provar que a FNLA comia pessoas. "Hoje constatamos que é um partido angolano legalizado pelo Supremo Tribunal e que certos integrantes seus de outra hora são agora membros do Comité Central do MPLA, e até ministros, e não consta que tenham comido algum companheiro", gracejou.

O representante zaireense na capital de Angola referia-se implicitamente ao actual ministro da Informação angolano, Hendrick vaal Neto, e ao deputado pelo MPLA, John Pinock Eduardo. ■



# A marcar passo

PÚBLICO  
SEXTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO 1980

Do nosso enviado  
António Matos  
em Adis Abeba

**G**overno angolano e UNITA continuavam ontem indecisos entre a guerra e a paz, depois do primeiro dia das conversações patrocinadas pelas Nações Unidas, que decorrem em Adis Abeba. "Nenhum avanço significativo" tinha sido alcançado, segundo um dos observadores do processo de paz, e o ambiente em que decorre o encontro era descrito de forma contraditória: a representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, falava de "uma atmosfera muito positiva", enquanto o general Higinio Carneiro acusava a UNITA de ter vindo "com reservas". Eugénio Manuvakola, secretário-geral do partido de Savimbi, reagiria, durante o intervalo para almoço: "Reservas? Nós?"

No "Africa Hall", edifício inaugurado em 1961 pelo imperador da Etiópia Haile Selassie para se instalar a Organização de Unidade Africana (OUA) e o Comité Económico para África da ONU, as duas delegações reúnem-se por detrás de uma doentia segurança etíope de que os jornalistas são o principal (e aparentemente único) alvo.

A hora estabelecida, 12h30 locais (10h30 de Lisboa), os jornalistas não tinham ainda autorização para passar os portões que dão acesso à longa escadaria. O mesmo polícia — impecavelmente fardado de azul-escuro, sapatos brilhantes como novos, o que é normal em Adis Abeba — que nos impedia o acesso ao "Africa Hall", em nome do cumprimento de todas as regras, era quem trocava a alguns jornalistas ao câmbio do mercado negro, dólares por "birras", moeda local, isto é, da vez por dólares sete birras, em vez das cinco regulamentares.

Lá dentro do edifício e aguardando o intervalo da reunião, um zeloso segurança insiste com a jornalista da Agência Moçambicana de Informação para que se ponha de pé: "O degrau não é sítio para sentar". Este zeloso funcionário repetiu várias vezes "o argumento" impeditivo da presença de jornalistas no local da reunião: "A UNITA pediu-nos segurança e não quer falar com os jornalistas que viajaram com a delegação governamental".

Dez minutos mais tarde, o general Eugénio Manuvakola, chefe da delegação da UNITA, predispunha-se a falar com os

jornalistas, que foram empurrados pela segurança e impedidos de o ouvir. Antes de entrar para o carro, porém, Manuvakola falaria. Para dizer apenas que só fará declarações depois de concluída a reunião e aproveitando para refutar as alegadas "reservas" com que terá vindo dialogar.

"Vieram com a firme determinação de alcançar um cessar-fogo", disse Margaret Anstee, contrariando a posição do Governo expressa por Higinio Carneiro: "Com este estado de espírito mais valia não terem vindo".

O papel da representante especial das Nações Unidas neste processo é reconhecidamente ingrato. O efectivo da UNAVEM II (Missão das Nações Unidas de Verificação das Eleições Angolanas) nunca ultrapassou os 400 elementos — recorde-se que as eleições da Namíbia foram verificadas por mais de seis mil — e sobre esta missão impendem acusações de parcialidade, nomeadamente no que refere ao controlados armamentos e das tropas da UNITA acantonadas. Neste momento, no terreno estão pouco mais de 30 elementos, em quatro unidades, e pensa-se mais na retirada da ONU de Angola do que no prolongamento de sua missão.

## O papel da ONU

Na sessão da tarde, a diplomata britânica já não participou nos trabalhos: "Pediram-lhe que se mantivesse como árbitro", disse ao PÚBLICO um dos participantes na reunião. Dos quatro pontos da agenda de trabalhos de Adis Abeba consta precisamente a definição do papel que a ONU há-de desempenhar futuramente, no quadro de um eventual cessar-fogo e da retoma da aplicação dos Acordos de Paz, onde se inclui a realização da segunda volta das eleições presidenciais.

O mandato da UNAVEM II termina dia 31 deste mês e Butros-Ghali, secretário-geral da ONU, já disse que sem um compromisso de paz entre as duas partes as Nações Unidas desligam-se do processo angolano.

As outras questões agendadas são precisamente o cessar-fogo, a conclusão da aplicação dos acordos e libertação dos prisioneiros. Sobre es-

te último ponto é natural que surja grande polémica, já que para o Governo os elementos da UNITA em Luanda se encontram "sob custódia" e nunca lhes foi oficialmente dada a designação de prisioneiros.

## Discórdia sobre o método

A metodologia a adoptar para a discussão dos pontos agendados tornou-se no principal ponto de discórdia entre as duas partes durante a manhã de ontem. A delegação governamental queria que os trabalhos decorressem em duas comissões, uma política e uma militar. A UNITA achava que as duas questões não eram dissociáveis.

Aparentemente, a proposta do Governo visa enfraquecer negocialmente a UNITA, cuja delegação é constituída por cinco elementos, maioritariamente militares. A delegação governamental inclui, recorde-se, três deputados da nova Assembleia Nacional (do PLD, FNLA e PRS), onde a UNITA nunca tomou assento. À tarde, formaram-se duas comissões, uma para tratar do cessar-fogo, a militar, e outra para negociar os regressos aos Acordos de Bicesse.

O encontro de Adis Abeba, que pode prolongar-se pelo fim-de-semana, tem tido pouco ou nenhum impacto nos órgãos de comunicação social etíopes, pelo menos os de expressão inglesa. O diário "The Ethiopian Herald", único jornal editado em inglês, depois de quarta-feira não ter referido a chegada ao país das duas delegações, ontem fez finalmente uma referência a Angola: "Enviado de Angola diz a Pretória para se manter neutra na guerra civil", titulava-se em última página para falar de outro acontecimento, a visita de Lopo de Nascimento, uma espécie de ministro sem pasta angolano, à capital sul-africana, onde se avistou com o Presidente Frederik de Klerk. O cidadão comum de Adis Abeba também não está muito preocupado com o que se passa no Africa Hall. Joseff, o homem que faz a manutenção do campo de ténis do Hilton Hotel, acompanhou ontem o repórter do PÚBLICO na caminhada até à sede da OUA. E pelo caminho disse: "Quase todos os povos sofrem em África. Mas a gente nunca pensa nisso porque temos aqui os nossos próprios problemas." ■

# Luanda insiste em cabala zaireense

O ENVOLVIMENTO de potências estrangeiras no conflito continuou ontem na ordem do dia das preocupações do Governo angolano, que voltou a acusar o Zaire de intromissão nos seus assuntos internos. Mas agora alegando que Kinshasa tem planos para desestabilizar o país e levar ao poder a organização de Jonas Savimbi.

O Chefe do Estado do Zaire, Mobutu Sese Seko, teria nomeado um "estado-maior" secreto junto da Presidência, encarregado de coordenar um plano de guerra contra o Governo angolano, segundo documentos ontem revelados pelo "Jornal de Angola".

Um outro documento atribuído à Presidência zaireense pelo jornal angolano, afecto ao MPLA, descreve em pormenor os equipamentos necessários à intervenção no país vizinho, nomeadamente o modelo e origem das armas, pesadas e ligeiras, e até detalhes dos uniformes.

O jornal publica ainda outro texto, alegadamente submetido pelo dirigente da UNITA aos serviços de Informação zaireenses, onde se assegura que comandos especiais da UNITA seriam preparados e equipados para cumprir as suas missões no teatro de guerra. Receberiam uma formação militar na África do Sul, ministrada por israelitas, e teriam sido postos à prova em acções de provocação do Partido da Liberdade (Inkhata, de Buthelezi) contra alvos do Congresso Nacional Africano (ANC, de Mandela). Neles seriam incorporados depois militares zaireenses.

Centenas de zaireenses estão no entanto a chegar ao Soyo, de píroga, entregando-se à pilhagem dos bens abandonados pelas companhias petrolíferas estrangeiras que ope-

ram na região. "Embarcam aparelhos de televisão, video, computadores e outros materiais" e regressam ao seu país, disse Christian Colmet, director da BHL-Operator, filial francesa da Bouygues-Off-Shore, recentemente chegado a Angola, à AFP.

Os "invasores" são provenientes de Banana, uma localidade situada a 20 quilómetros do Soyo, do outro lado da fronteira.

Entretanto, as duas principais tendências da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, a FLEC Renovada, de Tibúrcio Luemba, e a FLEC-FAC, de N'zita Tiago, referiram ontem a possibilidade de "uma acção militar conjunta e concertada" em reacção a um eventual ataque das tropas da UNITA, segundo anunciou ontem, em Ponta Negra, o responsável de uma organização humanitária cabindense. ■

Washington e o reconhecimento do Governo de Luanda

# Quando Clinton tiver tempo...

PÚBLICO SEXTA FEIRA, 29 JANEIRO 1993

Paulo Moura  
em Washington

O Departamento de Estado americano diz que o processo de paz será decisivo para o reconhecimento do Governo angolano. A missão angolana em Washington acredita que o reconhecimento está para breve e será decisivo para o processo de paz. Um impasse fácil de resolver, à espera que a agenda de Clinton se abra na página de Angola, quando houver tempo, talvez daqui a alguns meses.

O reconhecimento do Governo de Angola pelos Estados Unidos está a ser considerado e pode depender do resultado das conversações que ontem se iniciaram em Adis Abeba entre representantes do

Governo de Luanda e da UNITA, disse ao PÚBLICO em Washington um funcionário do Departamento de Estado.

"Recebemos uma cópia da carta que Eduardo dos Santos enviou ao Presidente Bill Clinton pedindo o reconhecimento do Governo angolano e estamos a analisar todos os factores, para lhe poder dar uma resposta favorável", afirmou a fonte da secção encarregada de Angola do departamento de Estado.

"O resultado das conversações de Adis Abeba não são por si só o único factor a ter em conta", sublinhou. "Há que considerar a situação no terreno, o controlo do território... Não acredito que possa haver um reconhecimento do regime enquanto existir uma situação de guerra alastrada". Mas, "se das conversações surgir um compromisso de ambas as partes em cessar as actividades militares e em prosseguir o processo democrático..."

Acrescentou no entanto que os EUA "terão em conta o facto de um dos contendores ser um agressor ilegítimo, se isso se tornar evidente". O Departamento de Estado americano reconhece a legitimidade das eleições angolanas, o que constitui

o critério que sempre advogaram para o reconhecimento de um regime. Mas neste momento, explica a nossa fonte, o processo democrático ainda não está completo.

Admite que não o está por culpa da UNITA, a quem Washington já aconselhou a mudar de atitude e a reconhecer o resultado das eleições. Mas, repetiu, "há muitos factores a ter em conta..." e não pode prever quanto tempo levará a Administração Clinton a reconhecer o Governo de Luanda.

## Missão angolana optimista

Na missão angolana em Washington, entretanto, há a expectativa de que o reconhecimento esteja para breve. "Os nossos esforços nesse sentido começaram já desde a Administração Bush, mas agora o processo assumiu outra dimensão", disse ao PÚBLICO o primeiro secretário da Missão diplomática, Francisco da Cruz. O facto do chefe da Missão, o embaixador José Patrício, ter sido convidado para as cerimónias da inauguração da Presidência é visto como um sinal inequívoco.

Antes da tomada de posse, o conselheiro especial do Presidente Eduardo dos Santos encontrou-se, em Washington, com o então secretário-geral do Partido Democrático, Ron Brown, e com o chefe da equipa de transição, Vernon Jordan, e obteve de ambos, se não promessas, pelo menos "uma reacção muito positiva".

Mas o que é visto na missão angolana como uma promessa concreta foram as declarações do actual secretário de Estado, Warren Christopher, nas audiências da sua confirmação, no Senado.

Interrogado uma primeira vez sobre Angola, pelo senador Paul Simon, que defendeu o reconhecimento do Governo de Luanda pelos EUA, Christopher declarou: "Eu simpatizo com a posição do senador". Mas acrescentou que uma atitude de Washington dependeria do grau de controlo que o Governo tivesse sobre o território. Mais tarde, numa resposta mais elaborada, por escrito, a uma questão do senador Jesse Helms, Christopher corrigiu: "A Administração Bush afirmou que reconheceria um Governo em Luanda saído de eleições livres e justas. A ONU e os EUA con-

sideraram as eleições livres e justas. Apesar de ser necessária uma segunda volta para que o Presidente tenha uma maioria, há actualmente um Parlamento e um Governo. Devemos cumprir a nossa promessa".

Para o funcionário da missão, o reconhecimento dos EUA seria um passo decisivo para a paz em Angola. "Daria credibilidade ao processo democrático e às instituições saídas das eleições de Setembro", e seria um sinal "para os países vizinhos que estão a apoiar a UNITA (Zaire e mercenários da África do Sul) para deixarem de o fazer".

Além disso, explicou Francisco da Cruz, ao reconhecerem o Governo angolano, os EUA encorajariam "os elementos da UNITA que querem uma saída negociada para a crise, em detrimento dos militaristas". O apoio dos EUA contribuiria, portanto, para levar a bom termo as negociações, cujo êxito Washington refere, por seu lado, como condição para o seu reconhecimento do Governo.

## "África não é prioridade"

Mas o aparente ciclo vicioso pode ser apenas uma

questão de tempo para o novo Presidente americano, cuja agenda contém centenas de assuntos a resolver antes da questão angolana, disseram o director do Departamento de Angola e Moçambique do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington, Shawn McCormick.

"Angola pode ser um assunto africano importante para Clinton. Mas África não é uma prioridade na agenda internacional do Presidente, e a política internacional também não é uma prioridade". Tudo isto somado, o regime de Angola será reconhecido dentro de meses, considera McCormick. "As declarações de Christopher foram claras e há unanimidade a todos os níveis e em todas as instâncias do poder quanto a isso. (...) Os EUA planeiam mesmo designar um enviado especial a Luanda, para começar os contactos preliminares" para o reconhecimento, "embora não se saiba quem nem quando", afirmou McCormick, que é consultor da Administração e do Congresso para os assuntos de Angola.

O "lobby" da UNITA, outrora poderoso em Washington, "não tem actualmente credibilidade nenhuma. A UNITA não tem já qualquer apoio no Congresso, desde que os delegados americanos em Angola reconheceram a legalidade das eleições".



# A descrença da ONU

**Tony Jenkins**  
correspondente  
em NOVA IORQUE

OS RESPONSÁVEIS da ONU estão profundamente pessimistas sobre o futuro imediato de Angola e ficam furiosos face a qualquer insinuação sobre a responsabilidade da Organização no malogro do processo de paz. São de opinião de que a comunidade internacional pouco pode fazer pela paz antes de o Governo e a UNITA se esgotarem numa nova guerra civil. Em consequência, opõem-se a qualquer iniciativa de envio para Angola de mais tropas estrangeiras ou de observadores nos tempos mais próximos.

«O que eu espero da reunião de Adis-Abeba é só retórica, uma bonita declaração no papel, mas nenhuma alteração no terreno — disse ao EXPRESSO um alto responsável da ONU que pediu o anonimato. — Como se pode

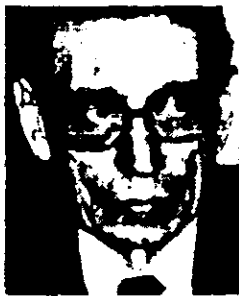
verdadeiro empenhamento numa reconciliação nacional, o que podemos nós fazer? Enviar mais tropas? E quantos? Dez mil? Isso seriam 500 soldados por província. E o que vão 500 soldados fazer no Cuando, um território do tamanho da França? Não podemos impor embargos, nem zonas de exclusão aérea, nem

esperar algo de positivo se o Presidente Eduardo dos Santos declara, no mesmo dia em que as duas partes se vão encontrar para falar de paz, que Savimbi é um tirano e um ditador?».

Mesmo que a UNITA e o MPLA chegassem a algum acordo, este responsável já avisou que a comunidade internacional irá reagir com muita prudência, não tirará conclusões precipitadas nem tomará grandes medidas até que haja sinais claros da vontade de ambas as partes em conseguir um avanço no plano

político-militar. Mesmo que se produzisse um milagre em Adis-Abeba, não estaríamos preparados para fazer alguma coisa; perdemos 7 milhões de dólares em equipamento e a maioria das nossas delegações em todo o

país.» Na verdade, este responsável disse esperar que os dois lados solicitem um maior envolvimento da ONU — sabendo de antemão que será necessário muito tempo e esforço para conseguir um consenso internacional —, podendo assim vir a imputar as culpas à Organização pela continuação do conflito armado.



Butros Ghali

Embora atribuam a culpa do recomeço das hostilidades à UNITA, os responsáveis da ONU, a começar pelo secretário-geral, Butros-Butros Ghali, não hesitam em referir que as tropas governamentais mataram interlocutores da UNITA que tinham pedido protecção à UNAVEM. Sublinham também que o Presidente Eduardo dos Santos se recusou a receber a representante especial da ONU Margaret Anstee, por vezes du-

rante semanas seguidas, e que o Governo encorajou a propaganda contra a ONU nos meios de comunicação.

«O Governo não quer que a ONU desempenhe um papel muito importante porque pensa ser a autoridade legítima. Entretanto, ouvimos dos dois lados que jovens oficiais executam operações sem autorização, mas não acreditamos nisto — disse o mesmo responsável. — Por exemplo, as quatro delegações da ONU na região do Cuando-Cubango foram destruídas pela UNITA ao mesmo tempo; é óbvio que foi uma operação coordenada».

Interrogado sobre o que a comunidade internacional pode fazer nesta altura, este responsável afirmou: «Muito pouco. Podemos ser mediadores e encorajar os dois lados a procurar a paz. Mas neste momento todos pensam que podem ganhar militarmente. Até haver um

sanções económicas: o país é demasiado vasto e é impossível efectuar qualquer espécie de fiscalização. Não podemos forçar Jonas Savimbi e a sua gente a obedecer através da força, embora seja isso que eu receio que o Governo angolano esteja a tentar. Tudo o que podemos fazer é manter a nossa presença em Luanda e ajudar quando a reconci-

liação de facto se iniciar em Angola».

«A derrota não é nossa»

Ao ser interrogada sobre a quem atribuir as culpas, a mesma fonte afirmou: «A derrota não é nossa. Os dois lados cercearam deliberadamente o papel da ONU, ambos ignoraram os nossos avi-

ões e fecharam os olhos às violações mútuas dos Acordos de Bicesse, insistindo em continuar com as eleições. Também os observadores têm culpas: reduziram deliberadamente a ONU a um papel menor, de executor das decisões por eles tomadas, e a credibilidade da UNAVEM ressentiu-se disso. Portugal, os EUA e a Rússia podiam ter feito muito

mais para impor os Acordos de Bicesse. A ONU não vai sair de Angola porque a sua obrigação é continuar lá. Não podemos permitir que isto se transforme numa derrota da Organização, mas para ficarmos é preciso que se atribua à ONU um papel mais importante».

Entretanto, o Conselho de Segurança está a discutir o número de representantes da

ONU que devem abandonar o país. No Conselho Permanente apoia-se na recomendação de Butros Ghali para que se mantenham apenas 60 elementos militares e civis em Luanda, ao passo que os países do Terceiro Mundo insistem numa força maior, com cerca de 150 elementos.

Tony Jenkins  
correspondente  
em NOVA IORQUE

# Observadores pressionam UNITA em Addis Abeba

A UNITA foi sujeita a «grande pressão» por parte dos observadores (Portugal, EUA e Rússia), durante o encontro de ontem com uma delegação do MPLA em Addis Abeba, no sentido de «assumir as suas responsabilidades para retomar o processo de paz em Angola», disse ao EXPRESSO uma fonte do Ministério português dos Negócios Estrangeiros. «Não há lugar para mais tergiversações: a carnificina acaba hoje ou não haverá paz e estabilidade em Angola, nem em toda a região, nos próximos anos», desabafou, por seu lado, um membro da delegação portuguesa à capital etíope, resumindo o dramático braço-de-ferro que decorreu aqui e nas Nações Unidas, em Nova Iorque, durante o dia de ontem. Em Addis Abeba a ruptura pareceu por várias vezes iminente.

A mesma fonte do MNE afirmou que não tinha sido atingido um cessar-fogo, mas que «se a UNITA não aceitar as sugges-

tões que lhe estão a ser feitas os observadores farão uma declaração a atribuir-lhe as responsabilidades pelo fracasso do processo». Há sinais, com efeito, de que a paciência dos governos que acompanham a situação em Angola chegou ao fim, considerando ser esta a última oportunidade dada à UNITA antes de a deixar entregue à sua sorte.

O resultado das pressões internacionais ver-se-á nas próximas horas: se os combates cessam efectivamente e se a UNITA liberta os 14 portugueses e outros estrangeiros em seu poder no Soyo, como prometeu ao embaixador António Monteiro em Addis Abeba, e garantiu ontem ao EXPRESSO o seu dirigente Jorge Valentim em contacto telefónico, via satélite, para o centro de Angola. (É aliás provável, segundo a fonte do MNE, que um avião de uma companhia privada actuando na região se desloque neste fim-de-semana ao Soyo para esse efeito, depois

de a UNITA ter recusado colocar os capturados num barco enviado à mesma cidade).

## ONU culpa UNITA

Entretanto, numa resolução aprovada à hora do fecho desta edição, o Conselho de Segurança da ONU resolveu prorrogar por três meses o mandato da UNAVEM II e apontar a UNITA como principal responsável pelo reacender da guerra civil. Foi ainda reafirmada a validade dos acordos de Bicesse e dos resultados das eleições legislativas, tendo sido convidados todos os membros da Organização a «apoiar o Governo de Angola por todos os meios pacíficos possíveis».

Intervindo no Conselho, o embaixador português, Pedro Catarino, denunciou «indícios seguros» de intervenção externa no conflito, o que a diplomacia portuguesa fez pela primeira vez neste processo.

No Conselho de Segurança

prevaleceu a posição defendida pelo Governo de Lisboa — que parece ser também a da nova Administração norte-americana —, no sentido de impor aos signatários angolanos e a toda a comunidade internacional o respeito integral dos acordos de Bicesse.

As pressões sobre os beligerantes vão continuar. O «non paper» elaborado, sexta-feira de manhã, pelos três países «observadores» — Portugal, EUA e Rússia — para servir de base para o cessar-fogo e a continuação do diálogo não era negociável, e os mediadores não excluíam «a adopção de uma atitude mais rígida» em caso de rejeição dos seus termos pela UNITA.

Jonas Savimbi não ignora que uma condenação explícita, por parte dos Estados Unidos e de Portugal, pode significar o isolamento diplomático e político total da UNITA, com o encerramento das delegações do movimento no estrangeiro (ver caderno Internacional).

## Sem pinga de água

PÚBLICO

LUANDA começou a comemorar ontem a sua fundação, há 417 anos, sem que a guerra e a falta de água impeçam um programa festejado em condições algo sombrias e com pouca participação popular.

Explorando a circunstância da efeméride ser assinalada sem pinga de água, devido à sabotagem da UNITA da estação de Kifangondo, a Rádio Nacional de Angola classificou de «tragicomédia» a situação, explicando que o «júbilo da comemoração dos 417 anos de Luanda se confunde agora com o grito de ira dos luandenses».

Mas populares, cooperantes e até quadros da administração pública responsabilizam o Governo por não ter acautelado um ataque à estação, sublinhando que já tinha sido estranha a facilidade com que os rebeldes ocuparam o Soyo. Luanda poderá ficar dois meses sem água e não duas semanas como foi anunciado.

O comandante da polícia de intervenção, Domingos Gomes, que fazia a guarda do complexo, disse ao PÚBLICO que estavam no local apenas 15 seguranças e que o ataque terá sido realizado às 2h00 de domingo por um grupo de 150 homens. Os sabotadores terão passado pela estação número um e seguido para a número dois, mostrando um perfeito conhecimento do terreno e dos alvos.

A ofensiva foi realizada na barra do rio Dande, na estação de tratamento de águas e na conduta, mas o objectivo principal era a estação. Esta fica a cinco quilómetros do primeiro alvo e a 500 metros do ponto dinamitado. O edifício tem nas paredes exteriores as marcas de balas e todo o interior está revolvido pela intensidade e — diz quem sabe — «pelo rigor da colocação dos explosivos».

Kifangondo fica a 23 quilómetros a norte de Luanda e a água recolhida é a do rio Bengo. A estrada do Cacuaço, que dá acesso à área, é intensamente percorrida por camiões-cisterna. Mas na ponte do Bengo, concentraram-se centenas de pessoas e dezenas de automóveis e camiões e a imagem mais chocante foi ver toda a gente a recolher água onde outros nadavam ou aproveitavam para lavar a roupa e os próprios carros.

Chegados à cidade, os camiões-cisterna enchiam os recipientes que populares transportavam à cabeça, cobrando, em média, 350 kuanzas por litro (a gasolina custa 137)... de água não potável. ■

António Matos

O processo de transição democrática em Angola, de que as eleições livres eram consideradas momento fundamental, deveria ter sido um dos primeiros grandes sucessos do fim da guerra fria, da cooperação entre os Estados Unidos e a Rússia e da revitalização das Nações Unidas.

Angola deveria ter sido exemplo de que a democratização é possível em África e é condição para a paz e o desenvolvimento — e exemplo particularmente importante na conjuntura actual da África Austral, em que é necessário levar a bom termo os difíceis processos sul-africano e moçambicano. Mas não foi — e o "síndrome angolano" entrou na gíria das Nações Unidas e passou a ser utilizado por alguns como argumento para sustentar que, em África, a democracia não é possível.

O fracasso do processo de paz angolano, exactamente na sua fase eleitoral, veio, pois, reavivar o debate sobre a viabilidade dos processos democráticos nos países africanos, particularmente nos que saem de guerras civis, e reforçar a tese de que a instauração de regimes democráticos, convenientemente classificados como "modelo ocidental importado", não é a melhor forma de pôr termo aos conflitos armados. Os defensores desta tese consideram que, no caso angolano, deveria ter-se tentado chegar a um acordo de partilha de poder entre as forças político-militares envolvidas no conflito.

Foi esta, em suma, a ideia subjacente à tentativa de "mediação paralela" do ministro dos Estrangeiros sul-africano, Piek Botha, em Novembro e que vem detalhadamente expressa no documento que lhe serviu de suporte, elaborado por uma empresa de consultoria sul-africana denominada Strategic Concepts.

Nesse documento, intitulado "Republic of Angola, addressing the present impasse", é preconizada, como saída para a crise aberta pela recusa da UNITA em aceitar a derrota eleitoral, a formação de um governo de transição praticamente paritário da UNITA e do MPLA que preparasse a segunda volta das presidenciais, organizando-se, entretanto, uma auditoria aos resultados das eleições legislativas. Por trás desta proposta de subversão dos resultados eleitorais está o projecto de partilha de Angola numa base étnica, como "exemplo a seguir" pela África do Sul.

Num seminário realizado em Maputo, em finais de Dezembro, sobre Moçambique no pós-guerra, foi defendido por participantes africanos e por algumas relíquias europeias do terceiro-mundismo que não é nos processos eleitorais e no multipartidarismo, mas na sociedade tradicional moçambicana que se encontram as formas de superar os conflitos e as tensões. Invocando a experiência angolana, aí foi igualmente defendido que o importante não são as eleições (o processo eleitoral exacerba as tensões sociais), mas as negociações entre a Frelimo e a Renamo sobre o lugar que terá no poder o derrotado pelo voto.

Na África do Sul não se põe em causa a importância do processo eleitoral, a não ser em sectores ultra-radicalizados defensores do poder branco ou do poder negro, mas considera-se que o Partido Nacional e o ANC deviam chegar a acordo sobre algum tipo de partilha de poder antes das eleições e, para alguns, nomeadamente do PN, esse acordo pré-eleitoral deveria fazer parte dos próprios preceitos constitucionais.

O fracasso angolano é indubitavelmente prejudicial à democratização em África, como o foi também o revés argelino. Com a agravante, no caso de Angola, de o processo ser fiscalizado pela ONU.

Mas não foi a realização de eleições, que correram com elevada participação e cujos resultados foram reconhecidos como justos pela comunidade internacional, que provocou o recomeço da guerra em Angola. Foi, antes de tudo, o facto de o processo de transição não se ter afinal realizado. Não houve processo de transição, mas sim eleições livres, o que não é a mesma coisa.

## O síndrome angolano

Alvaro Vasconcelos\*

PÚBLICO

DOMINGO 31 JANEIRO 1993

As eleições passaram a ser a única meta, que apagou todas as metas intermediárias das outras etapas prévias que haviam sido, em Bicesse, consideradas fundamentais para que as eleições se pudessem realizar com sucesso e para que o derrotado não pudesse, em seguida, usar a força das armas para contrariar o resultado eleitoral.

A não desmobilização das tropas de ambos os lados foi a etapa cujo não cumprimento teve consequências mais graves. A UNITA manteve quase integralmente as suas forças e o MPLA, onde a desmobilização foi maior, segundo a maioria dos analistas, criou um exército paralelo — os chamados "ninjas" —, usando o artifício de um corpo especial de polícia. A constituição dos órgãos de fiscalização assentava na paridade entre a UNITA e o MPLA, e as decisões eram tomadas por unanimidade das duas forças sem a participação dos partidos políticos não armados, excluídos, de facto, de todo o processo angolano, sobretudo por vontade da UNITA. As Nações Unidas foi dado um simples papel de observador e excluída, sobretudo por vontade do MPLA, a presença de "capacetes azuis".

Depois de Bicesse, tudo ficou, pois, dependente da boa fé do MPLA e da UNITA, ao contrário das fases anteriores do processo, em que a mediação portuguesa, em estreita colaboração com os Estados Unidos e a União Soviética, teve um papel activo na criação das condições que levaram à assinatura dos acordos.

Não se consegue compreender, porém, que, não se tendo dado a desmobilização das forças armadas rivais, se tenham mesmo assim realizado as eleições, sem que a ONU tivesse considerado que não havia condições para o fazer. Não houve, igualmente, qualquer denúncia séria da não desmobilização das forças da UNITA e do MPLA.

Custa a crer que a razão principal tenha sido, como se tem dito, a não existência de meios financeiros para adiar as eleições e manter as estruturas das Nações Unidas em actividade.

Derrotada nas eleições, a UNITA, que mantinha praticamente intactas as suas forças, recorreu à força para tentar impor, pelo menos, uma partilha do poder que equivalia, de facto, a uma partilha do país. No MPLA ganharam liberdade de acção os sectores que acreditam em que é possível uma solução para Angola sem a UNITA. Essa foi a lógica que esteve por trás dos massacres étnicos de Luanda.

O apoio que a UNITA tem por parte da população angolana, sobretudo entre os ovimbundos, e que ficou comprovado pelas eleições — Savimbi ganhou apenas em quatro das 19 províncias, mas aí com uma maioria significativa: Benguela (60,1 por cento), Huambo (81,8), Bié (84,2) e Kuando-Kubango (78,5) —, demonstra que não é possível uma solução para Angola sem a UNITA. O drama de Angola deve-se, em larga medida, ao facto de que não há paz possível sem UNITA e de que com a UNITA a paz é muito difícil. Também não há democracia possível sem partidos democráticos.

Para além da necessidade de obter um imediato cessar-fogo, é extremamente difícil propor uma saída para a crise angolana, sobretudo porque ela depende, antes de tudo, da vontade do Governo e da UNITA. Há, no entanto, certos pontos sem os quais não haverá paz.

Em primeiro lugar, há que afirmar como princípio básico o reconhecimento dos resultados das legislativas e a necessidade de organizar a segunda volta das presidenciais. Anular os resulta-

dos das eleições abriria um grave precedente para outros processos de transição, nomeadamente em Moçambique ou na África do Sul.

Em segundo lugar, obtido o cessar-fogo, as Nações Unidas deverão enviar uma força militar significativa para Angola, com a missão de o garantir e de fiscalizar a desmobilização e o acantonamento das forças militares rivais, havendo que assegurar que a própria presença das tropas da ONU não contribua para perpetuar o actual "statu quo" de divisão de facto do território. Devem ser dadas garantias sólidas de segurança à UNITA, não através de um regresso das FALA a Luanda, mas sim pela desmobilização de ambas as forças e a formação do exército nacional angolano e, até lá, pela presença dos "capacetes azuis". A realização da segunda volta das presidenciais só deverá ter lugar depois da desmobilização efectiva e da formação do exército único.

Os órgãos fiscalizadores do processo deverão integrar representantes dos partidos políticos não armados. Os representantes do MPLA e da UNITA não deveriam ficar aí em maioria nem com direito de veto. Estes órgãos deveriam ser presididos por personalidades independentes e as estruturas estatais para a realização da segunda volta das eleições presidenciais, inclusive a informação, deveriam ficar sob a sua alçada fiscalizadora.

Uma das propostas que tem vindo a ser avançada é a da formação de um governo de unidade nacional, pelo menos até à realização da segunda volta das eleições presidenciais. Seria desejável a participação de ministros da UNITA em tal governo, embora nas presentes condições isso pareça quase irrealizável. Mas tal governo não poderia ser nunca uma versão camuflada da partilha do poder. Esta solução não só negaria a Angola a democracia, como não resolveria a questão que está na base do conflito angolano, a ambição desmesurada de poder e a inexistência de uma cultura democrática.

A alternativa a uma saída democrática para a crise angolana, supervisionada pela comunidade internacional, não é, aliás, a partilha do poder e muito menos do país. Há demasiados ódios para que esta resistisse. E ter-se-ia novamente a continuação da destruição de Angola e, muito provavelmente, a regionalização do conflito, através de um previsível maior envolvimento da África do Sul e do Zaire.

Advogar uma muito maior participação das Nações Unidas na resolução da crise angolana da que houve na fase anterior não significa que se ignore que ela não será fácil de conseguir. Pelo contrário, será mesmo bastante difícil. Sobretudo porque uma operação de paz em Angola, além dos custos financeiros que acarreta, tem aos olhos dos países que poderiam enviar forças riscos de baixas muito superiores aos das acções ditas humanitárias na Somália ou mesmo aos da supervisão do processo de transição em Moçambique.

Para que venha a verificar-se um envolvimento das Nações Unidas, será precisa uma iniciativa política muito forte da parte dos países da "troika" de observadores. Portugal deveria procurar o apoio comunitário para tal iniciativa e tirar partido do facto de o governo Clinton parecer mais empenhado nas questões da África Austral do que o governo Bush e da circunstância de as ameaças que pesam sobre o petróleo de Cabinda terem tocado uma corda muito sensível nos EUA.

É interessante constatar que a democratização da África do Sul e do Zaire foram as duas prioridades africanas expressas pelo Presidente Clinton durante a campanha eleitoral. Os dois países são os perturbadores regionais da situação angolana.

O fim do regime de "apartheid" irá naturalmente alterar por completo o quadro regional. A África do Sul vê, por enquanto, Angola à luz das suas questões internas e tolera a continuação do apoio à UNITA. O envolvimento da África do Sul no processo poderia, no entanto, ser um factor positivo desde que fosse coordenado conjuntamente pelo Governo e pela oposição sul-africana, nomeadamente o ANC. ■

\* director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

O reencontro das delegações do Governo e da UNITA poderá não ocorrer no próximo dia 10, a data prevista para a retomada das negociações entre os beligerantes angolanos, admitiu ontem, em Adis Abeba, o chefe da equipa governamental, general Higino Carneiro.

"Caso a UNITA não altere o seu comportamento negocial, não vale a pena intensificar esforços para obter consenso" e não restará a Luanda outra alternativa senão "responder com a força necessária para tranquilizar o povo angolano", disse o negociador militar governamental à agência Lusa, antes de partir para Luanda.

Higino Carneiro qualificou de "fracasso" o resultado da reunião que decorreu durante três dias na capital etíope e que acabou por se saldar pela assinatura de um comunicado de circunstância. "Só assinámos aquele documento para não fecharmos as portas às negociações, pois verificámos que o único objectivo da UNITA foi ganhar tempo e adiar a resolução dos problemas", disse.

O general que representou Luanda em Adis Abeba, explicou que, apesar dos esforços do seu Governo, "não foi possível fazer com que a UNITA aceitasse o cessar-fogo", passo considerado importante pelas autoridades angolanas "para a resolução da crise no país".

Inquirido sobre a exigência da UNITA em ver dissolvida o corpo policial vulgarmente conhecido por "Ninjas", Higino Carneiro foi peremptório em recusar o seu desmantelamento. "Em qualquer estado democrático existe uma polícia para zelar pelos interesses da população, e [a polícia] não se pode comparar com guerrilheiros e bandidos armados que dão pelo nome de FALA", disse.

A única possibilidade de haver paz, segundo este oficial angolano, é a UNITA convencer-se que está a actuar à margem da lei, sendo necessário para isso que a comunidade internacional adopte uma posição ainda mais firme de condenação das suas actividades. Para Higino Carneiro a organização de Savimbi não quer simplesmente a paz e só foi a Adis Abeba para fazer espectáculo.

O cepticismo manifestado pelo general governamental é partilhado por alguns analistas. Observadores citados pela AFP prevêem o recrudescimento dos combates na sequência do malogro de uma decisão imediata sobre o cessar-fogo. Fontes mili-

## Luanda pessimista

SEGUNDA-FEIRA, 1 FEVEREIRO 1992

PÚBLICO

### Guerra de versões

tares e diplomáticas em Luanda afirmam que a UNITA controla 80 por cento do território e poderá tentar uma maior pressão militar sobre a capital.

Os chefes das delegações militares do Governo e da UNITA não escondem as suas preocupações. O general Higino Carneiro disse ao "Jornal de Angola" que os angolanos devem preparar-se "para o pior" e o general Eugénio Manuvakola sublinhou, em Adis Abeba, que a marcação de mais encontros não parará os combates.

Mas a possibilidade de organização de Savimbi tentar uma

aventura contra a capital é afastada por algumas chancelarias estrangeiras. "Seria uma Estalinização para a UNITA", disse um diplomata, excluindo uma operação contra Luanda, uma cidade de dois milhões de habitantes, fortemente defendida.

Analistas admitem que os rebeldes tentem asfixiar a capital, já sem água em virtude da sabotagem, a semana passada, da estação de Kifangondo, agindo contra as estações abastecedoras de energia eléctrica de Cambambe, a 160 quilómetros a sudeste de Luanda, e a de Mabubas, a meia centena de quilómetros a

nordeste. Ambas estão fortemente guardadas por forças governamentais, mas um comando bem treinado poderia cortar as linhas de fornecimento, dizem.

A correlação de forças é neste momento imprecisa. Estimativas adiantadas por fontes diplomáticas e militares atribuem aos guerrilheiros o controlo de cem a 110 das 170 vilas do país. A UNITA dominaria ainda o essencial das províncias setentrionais e do centro do território. O Governo controlaria a maior parte das capitais provinciais, mas muitas delas estão sitiadas, como o Huambo.

Luanda não estaria propriamente numa posição de fraqueza militar. As forças governamentais são integradas por aproximadamente 50 mil homens, bem treinados e disciplinados, dispendo de armamento pesado e de mísseis terra-ar, disse uma fonte militar estrangeira citada pela AFP. O Governo dispõe ainda de uma substancial reserva militar e uma boa capacidade de armar a população civil no caso da situação lhe correr desfavoravelmente. ■

A AUSÊNCIA de comunicações facilita, em Angola, a guerra de versões e comunicados e a continuação das operações por outros meios, com o "Jornal de Angola" e a Vorgan, a rádio da UNITA, a acusarem-se de excessos e a reivindicarem ganhos sobre o inimigo.

Assim, o matutino huandense, próximo do Governo, acusava ontem a organização de Savimbi de "utilizar bombas tóxicas e incendiárias" nos combates do Huambo. Segundo o jornal, 15 crianças teriam morrido sábado, por intoxicação, na sequência

de bombardeamentos perpetrados pelos rebeldes contra a cidade, enquanto outras pessoas teriam perecido, queimadas.

Por seu turno, a "Vorgan", a emissora da UNITA, que emite a partir da Jamba, anunciou que aviões governamentais destruíram, na semana passada, três igrejas na cidade do Planalto Central.

O "Jornal de Angola" anunciou também a morte de pelo menos 25 guerrilheiros durante os confrontos de sábado, em Huambo, a apreensão de 25 espingardas automáticas e cinco lança-mísseis e ainda a

rendição de 21 rebeldes, entre eles um sobrinho de Savimbi.

O matutino angolano noticiou entretanto que alguns militares governamentais se refugiaram no vizinho Zaire na sequência dos combates no início do mês no Soyo, aquando do ataque da UNITA.

Os militares angolanos estariam "sob custódia" do Governo zairense e apenas serão libertados depois de cumpridas "algumas formalidades protocolares" entre os dois Estados, mas o jornal não adiantou o número de soldados angolanos fugidos. ■

Fernando Sousa

PÚBLICO

DOMINGO, 31 JANEIRO 1992

Em Luanda foi ontem lançada a primeira revista de banda desenhada, "Jornal do Mankiko". A nova publicação, de periodicidade mensal, tem como director o romancista Pepetela. A maior parte dos colaboradores são jovens formados pelo Núcleo de Banda Desenhada, escola informal criada por Henrique Abranches, escritor e artista plástico de origem portuguesa. A União dos Escritores Angolanos, UEA, assim como algumas pequenas editoras privadas, têm nos últimos anos lançado diversos álbuns de banda desenhada e "cartoon", com tiragens que ultrapassaram em certos casos os trinta mil exemplares. A nova revista traz a chancela da Imagem, empresa que é propriedade de Pepetela e Henrique Abranches. ■ J.E.A.

# Impaciência em Moçambique

UMBATALHÃO de «capacetes azuis» italianos chegará a Moçambique nos próximos dias e o processo de aplicação do Acordo Geral de Paz começa a acelerar após quatro meses de aparente estagnação.

Passos decisivos já foram dados esta semana com o início da desminagem das estradas, a preparação dos 12 primeiros campos de acantonamento — de um total de 49 — onde serão concentradas as tropas governamentais e da guerrilha, e o reforço da participação africana na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), equivalente moçambicana da CCPM angolana.

Presidida pelo representante do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, a CSC ficou finalmente completa e integra elementos nomeados pelo Governo

de Maputo e pela Renamo e «observadores» do Botswana, Egipto, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Nigéria, Portugal, Quênia e Zimbábwe, além do argelino Abcenc Fzerie, representante do secretário-geral da OUA.

Um alto funcionário da ONU disse ao EXPRESSO em Maputo que os combatentes dos dois lados «mostram sinais crescentes de impaciência» perante o atraso do processo de desmobilização. Em consequência, a operação de acantonamento deverá arrancar no início de Fevereiro após a chegada do primeiro batalhão de «capacetes azuis» constituído exclusivamente por 1.200 soldados italianos.

A fase seguinte consistirá na selecção dos militares governamentais e da Renamo, que constituirão as Forças

Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), cujos efectivos ascenderão a 30.000 homens. Os restantes 110.000 soldados deverão ser dispensados das fileiras do exército governamental e da guerrilha e desmobilizados.

A CSC alcançou na semana passada um consenso na base do qual a campanha para as primeiras eleições multipartidárias só poderá arrancar uma vez completada a constituição do novo Exército. Segundo a CSC, essa é a condição indispensável para permitir uma campanha eleitoral verdadeiramente pluralista e democrática e afastar definitivamente o perigo de um posterior reacender dos combates, à semelhança do que está a acontecer em Angola.

Reinaldo Chienque  
correspondente em MAPUTO

## África do Sul <sup>PÚBLICO</sup> Partilha de poder neste ano

SABADO, 30 JANEIRO 1993

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, anunciou ontem que as negociações multipartidárias sobre a transição do regime de «apartheid» para a democracia devem recomeçar em Maio. Estas negociações da CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática) estão num impasse desde o passado mês de Maio. O anúncio foi feito durante o discurso que De Klerk proferiu na abertura daquilo que a imprensa define como o último Parlamento branco do país.

De Klerk disse ainda que a partilha do poder entre brancos e negros deve ser feita antes do final do ano, quando for formada a administração multipartidária que governará durante a transição (que pode durar entre três e cinco anos). Esta administração, que se vai encarregar da realização das primeiras eleições abertas a todas as raças, só deve estar formada em meados deste ano.

Apesar de ter considerado que as conversações entre o Governo e os dois grandes partidos da maioria negra — os rivais Congresso Nacional Africano (ANC, de Nelson Mandela), e o Partido da Liberdade Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi — estão a «progredir», o presidente alertou para os perigos de uma «guerra devastadora» e «sangrenta» caso os líderes políticos não consigam chegar a acordo sobre o futuro político do país.

Além do apelo ao consenso entre os partidos negros e ao fim da violência que se instalou na África do Sul, parte do discurso de Frederik de Klerk foi dirigido à minoria branca. «É preciso aceitar as mudanças constitucionais em curso», explicou, consciente do receio crescente face à escalada de violência, à recessão económica e ao medo instalado pela iminente chegada de negros à chefia do país.

De Klerk — cujo mandato termina no próximo ano — afirmou esperar que 1993 seja um ano de «significativo domínio da paz, da estabilidade e do progresso» e anunciou várias medidas com vista ao reforço da segurança. Entre outras, a prisão por posse ilegal de armas, o reforço dos poderes dos tribunais e a organização de patrulhas civis nas ruas. Considerou ainda reintroduzir a pena de morte, actualmente suspensa. ■

EXPRESSO 30-1-93

# CABO VERDE

## Vitória da 'Linha Canuto'

A CRIAÇÃO de uma classe empresarial próxima do partido no poder em Cabo Verde é o ponto saliente da moção (única) de estratégia à convenção do MPD que ontem teve início na cidade da Praia. A moção, proposta pelo primeiro-ministro, Carlos Veiga, e aceite pelas facções rivais com «alterações de pouca monta», segundo uma fonte do partido, preconiza que o MPD, «através de membros seus», invista «nos sectores mais dinâmicos da economia, (para) gerar rendimentos que suportem os encargos do partido». Para Carlos Veiga, a «classe empresarial próxima do MPD» tem diante de si, a médio prazo, «um ambiente e oportunidades únicas» de vir a ser «núcleo duro» da economia cabo-verdiana.

A obtenção deste consenso é vista pelos observadores como uma clara vitória da «linha Canuto», do representante da Shell, geralmente considerado o «líder-sombra» do MPD.

Mas, de imediato, o MPD faz marcha atrás na sua posição de negar legitimidade ao financiamento dos partidos pelo Estado e declara-se disposto a dele receber subsídios. De imediato também, deve funcionar a directiva de os «ventoinhas» (a alcunha do MPD, devido ao seu símbolo) criarem ou participarem em organizações não-governamentais. Tal moção surge poucos dias depois de ter sido anunciada a privatização de quase todo o sector público.

Ninguém irá, de momento, contestar a liderança de Carlos Veiga. Segundo um dirigente do partido, os seus rivais (os ministros da Justiça e dos Estrangeiros, Eurico Monteiro e Jorge Fonseca) ter-se-iam contentado com alterações às regras internas, uma delas a eleição da Comissão Política pela Convenção e não pela Direcção Nacional. O acordo entre as facções teria também passado pelo compromisso de remodelação em breve do Governo, nele incluindo independentes que «previnam o desgaste [das figuras cimeiras] devido a medidas necessárias mas impopulares».

Porém, foram cancelados os convites a delegações estrangeiras, e a convenção está a decorrer à porta fechada.

Manuel Delgado

## Cabo Verde

### Carlos Veiga sem rival no partido

SABADO, 30 JANEIRO 1993

A CONVENÇÃO Nacional do Movimento para a Democracia (MpD), no poder em Cabo Verde, ontem iniciada na Cidade da Praia, não colocará em questão a liderança do primeiro-ministro, Carlos Veiga, mas deverá eleger uma nova estrutura organizativa em que ele passará a ter menos poderes.

A reunião, que termina amanhã, destina-se a fazer um balanço dos últimos três anos e a delinear uma estratégia que garanta a continuidade do MpD no Governo, além de eleger uma nova direcção.

Germano Almeida, influente dirigente do movimento, afirmou que só um louco se disporia a desafiar Carlos Veiga, «para ser na certa derrotado». Mas os seus poderes serão diminuídos com a substituição da Comissão Executiva Nacional por uma Comissão Política encarregada de supervisionar as actividades do partido. Este colégio terá sido uma exigência de sectores insatisfeitos com a 'performance' do chefe do Executivo, de quem exigem mais empenho governativo e, sobretudo, maior agressividade em relação ao PAICV, antigo partido único, agora na oposição.

Falando na abertura da reunião, Carlos Veiga falou dos desafios que o MpD enfrenta e afirmou que o objectivo «é que esta Convenção marque a insatisfação da viragem do trabalho do partido em direcção à sociedade civil e à maior interligação entre as várias frentes de acção do MpD», designadamente o Estado, os empresários, os sindicatos, entre outros.

Sobre os focos de dissensão que têm vindo a surgir dentro do partido, assinalou: «Do confronto de posições diferentes têm nascido, em regra, as melhores soluções e estratégias e, partir dele, se têm construído consensos ricos e sólidos que marcam o MpD».

O outro facto mais relevante do primeiro dia foi a tentativa de impedir o embaixador cabo-verdiano em Lisboa, Eugénio Inocêncio, de participar na Convenção como delegado. A comissão de mandatos considerou que o estatuto de diplomata proíbe a participação de embaixadores em actividades partidárias.

Inocêncio discordou, alegando que não é diplomata de carreira mas está sim em comissão de serviço. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, apoiou o parecer da comissão, mas acabou por ser derrotado, uma vez que, submetido o caso à votação, os cerca de 200 delegados reconheceram a legitimidade da participação do embaixador. ■

Publco José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia

EXPRESSO, SÁBADO 30 DE JANEIRO DE 1993

## Cabo Verde com mais turistas

OS PORTUGUESES visitam cada vez mais o arquipélago de Cabo Verde, destacando-se largamente dos demais turistas e viajantes que entram naquele país: De 1986 a 1991, o seu número não parou de crescer, situando-se, nesse último ano, em 7668 indivíduos, revelam os dados apurados pela Direcção-Geral de Turismo de Cabo Verde.

Franceses, alemães, holandeses e americanos são, por esta ordem, os restantes estrangeiros que mais visitaram o arquipélago atlântico nos últimos anos.

O grande «boom» no turismo cabo-verdiano verificou-se sobretudo em 1990, ano em que as entradas de estrangeiros no

país ascenderam a mais de 22 mil indivíduos (mais 36,6 por cento relativamente a 1989). As eleições realizadas em 1991 poderão estar na origem da diminuição de 15,4 por cento sentida esse ano.

A ilha do Sal, dotada do maior número de camas em unidades hoteleiras (669), absorveu cerca de 54 por cento dos viajantes que visitaram Cabo Verde em 1990, seguida das ilhas de Santiago (30,8 por cento), S. Vicente (9,4 por cento) e Fogo (1,8 por cento). Actualmente, o país dispõe de um total de 39 estabelecimentos de alojamento, com uma capacidade de 921 quartos, correspondentes a 1598 camas.